



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 283/2025

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do art. 316, do Regimento Interno do Senado Federal, o meu voto contrário ao PL 3292/2025, que “dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, sem aumento de despesas”, para fins de publicação.

O presente Projeto de Lei, embora juridicamente regular em sua forma, não resolve o problema estrutural da Justiça do Trabalho no Brasil. A ampliação do número de desembargadores e a criação de cargos comissionados no âmbito do TRT da 23ª Região representam mais um movimento de expansão da máquina estatal, sem contrapartida de eficiência ou revisão do modelo.

É preciso registrar que o Judiciário brasileiro é hoje o mais caro do mundo, consumindo cerca de 1,6% do PIB, o que corresponde a aproximadamente R\$ 160 bilhões anuais. Esse volume de recursos supera amplamente o que países desenvolvidos destinam aos seus sistemas judiciais, que costumam gastar entre 0,3% e 0,4% do PIB. Mesmo com essa despesa excepcional, o país enfrenta morosidade, congestionamento de processos e burocracia excessiva — evidências de que o caminho não é simplesmente aumentar cargos, mas reformar o modelo.

É igualmente relevante mencionar que os supersalários pagos a magistrados e servidores cresceram 49,3% entre 2023 e 2024, saltando de R\$ 7 bilhões para R\$ 10,5 bilhões em valores acima do teto constitucional, conforme estudo divulgado pela Agência Brasil. A criação de novos postos de 2º grau, seja por transformação ou por ampliação administrativa, ocorre dentro de um cenário



de despesas crescentes com pessoal, trazendo risco real de pressão orçamentária futura mesmo quando alegado que não há aumento imediato de gastos.

No caso específico do TRT da 23ª Região, o Tribunal Superior do Trabalho reconhece que ele possui a maior média de casos novos por magistrado no 2º grau entre os TRTs com oito desembargadores. Contudo, essa informação reforça a necessidade de soluções estruturais, não a de ampliar a cúpula da magistratura. O excesso de litigiosidade trabalhista no Brasil decorre, principalmente, da baixa previsibilidade para empregadores e empregados, da insegurança jurídica, da falta de estímulos à conciliação e da judicialização como primeira porta de entrada — problemas que não serão solucionados pela criação de mais um gabinete de desembargador e de cargos comissionados associados.

O projeto também transforma três cargos vagos de juiz substituto para criar um cargo de desembargador, reduzindo a força de trabalho do 1º grau, onde a Justiça do Trabalho realmente atende o cidadão. Além disso, cria 2 cargos em comissão (CJ-3 e CJ-2) e 16 funções comissionadas, o que fortalece a máquina administrativa, sem previsão clara de metas de produtividade, indicadores de desempenho ou compromissos com a melhoria do tempo de julgamento.

Portanto, entendo que o PL 3.292/2025 não atende ao interesse público e não contribui para a modernização da Justiça do Trabalho, limitando-se a ampliar sua estrutura em um país que já possui um Judiciário de custo excepcionalmente elevado. Assim, por responsabilidade fiscal, defesa de uma máquina pública enxuta e por compromisso com a eficiência e a boa administração, declaro meu voto contrário à matéria.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

